# A Crise do Capitalismo Democrático:

## Neoliberalismo, Estado e Identidade no século XXI

Danielle Amaral Makio<sup>1</sup> e Larissa de Castro Nogueira<sup>2</sup>

#### Resumo

Este estudo tem por objetivo desvelar a natureza da crise sistêmica do capitalismo e suas reverberações no âmbito do Estado Democrático de Direito. Para tanto, buscar-se-á, de início, demonstrar que a origem da chamada crise dos anos 2000 é manifestação de outra cujas origens remontam à ruína do padrão de acumulação do capital estabelecido no segundo pós-guerra. Esclarecidos os fatores que caracterizam a quadra histórica iniciada nos anos 1970 e as bases da doutrina neoliberal, dá-se lugar à análise dos impactos da primazia da racionalidade privada sobre o Estado e sobre a própria democracia. À luz das contribuições de Christian Laval e Pierre Dardot (2016), argumentar-se-á que, mais do que uma política econômica, o neoliberalismo se apresenta como uma nova racionalidade, capaz de estruturar condutas e subjetividades. Nesse sentido, este estudo buscará elucidar em que medida este paradigma neoliberal afeta a racionalidade do Estado à medida em que implica uma inflexão na construção da própria identidade deste. Para tanto, será realizada uma sobreposição entre o Construtivismo de Alexander Wendt (1992) e de Nicholas Onuf (1998), referencial teórico este que subsidiará o estudo de caso dos EUA dos anos 1970 e dos anos de governo Trump. Ao fim desses esforços, espera-se demonstrar, e ilustrar, como o neoliberalismo prevê uma nova identidade estatal que não é mais informada pelos clássicos valores democráticos.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Democracia, Identidade, Estados Unidos.

### **Abstract**

This study aims to reveal the nature of the systemic crisis of capitalism and its reverberations in the democratic rule of law. In order to do so, it will first be demonstrated that the origins of the so-called 2000s crisis is a manifestation of a broader one, whose origins date back to the ruin of the pattern of post-war capital accumulation. Having clarified the factors that characterize the historical period begun in the 1970s and the bases of the neoliberal doctrine, we turn to the analysis of the impacts of private rationality on the State and on democracy itself. From the contributions of Laval and Dardot (2016), and by using the method of literature review, it will be argued that, more than an economic policy, neoliberalism presents itself as a new rationality, capable of structuring behaviors and subjectivities. In this sense, this study will seek to clarify the extent to which this neoliberal paradigm affects the rationality of the state as it implies an inflection in the construction of its own identity. To this end, an overlap will be made between Alexander Wendt's (1992) and Nicholas Onuf's (1998) Constructivism, which will support the US case study of the 1970s and the Trump years. At the end of these efforts, we hope to demonstrate, and illustrate, how neoliberalism informs a new state identity that is no longer informed by classical democratic values.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais (UFU), ex-bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG na Universidade Federal de Uberlândia. Realizou intercâmbio acadêmico na Universidade de Coimbra durante o segundo semestre de 2017. Suas áreas de interesse incluem: Análise de Discurso, Pós-Colonialismo, Cultura e Relações Internacionais, Relações Internacionais da Ásia e Estudos pós-soviéticos. Email: daniellemakio@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia/MG (2015-2019), com período de estudos na Universidade de Coimbra. Tem experiência de pesquisa em pós-colonialismo e abordagens decoloniais, dinâmicas do espaço soviético e pós-soviético e questões relacionadas à economia política internacional. Email: larissacastronog@gmail.com

**Keywords:** Neoliberalism, Democracy, Identity, United States.

## Introdução

As contradições e as crises que permeiam o sistema capitalista são objeto de extensa discussão. No debate público, vê-se que a crise dos anos 2000, sobretudo aquela que teve lugar nos Estados Unidos e que pareceu resultar, *a priori*, de desequilíbrios no mercado imobiliário, ocupa uma posição protagonista. Ainda que encontremos inúmeros elementos que conferem singularidade a esta e outras crises recentes, é preciso situá-las em uma perspectiva histórica mais ampla: afinal, a evidência empírica parece demonstrar que os desarranjos de hoje são manifestações de um movimento iniciado na década de 1970, o qual promoveu drásticas transformações no âmbito da economia e do Estado.

Ao situar a inflexão e a crise em fins do século XX, propomos, portanto, o entendimento de que as questões a elas relacionadas não são de ordem conjuntural, mas sim, estrutural. Sendo assim, se as transformações ocorridas nos anos 1970 apresentam um caráter de novidade, é necessário diferenciar esta quadra histórica daquilo que se observava anteriormente. Lembremos que as duas décadas que sucedem o fim da Segunda Guerra Mundial são caracterizadas, de modo geral, pelo empenho dos países centrais em promover, via Estado, o crescimento e o desenvolvimento econômico. A política econômica, neste momento, seria aquela que buscava conciliar os interesses capitalistas e as demandas da classe trabalhadora, especialmente no que se refere à sustentação dos níveis de emprego. A ideia dos Estados de Bem-Estar Social (na literatura, conhecidos como *welfare states*), sumariza, desta maneira, o compromisso assumido no momento pós-1945 (Garlipp & Baruco, 2005).

Diante dos sinais de insustentabilidade dos *welfare states*, a doutrina neoliberal despontaria como tentativa de dar vazão à incessante necessidade de acumulação e valorização do capital. Neste estudo, é assumido que, ao contrário daquilo que é pregado pelos discursos dominantes, o neoliberalismo não se origina como retorno ou como herdeiro natural do pensamento liberal, e advoga, equivocadamente, uma paternidade teórica que não se verifica: lembremos que os liberalistas do século XVIII se ocupavam da questão dos limites do governo e da defesa da propriedade privada, sendo ausente a ideia da atuação mínima do Estado. A interpretação a ser adotada, aqui, é aquela que aponta para o fato de que o neoliberalismo não se trata de um retorno ao debate sobre os limites a serem dados ao governo e a uma ontologia da ordem mercantil, mas sim, de um anseio em minar os limites ao exercício do poder

econômico e em tornar a lógica do mercado a normativa generalizada. Trata-se, pois, de um verdadeiro projeto de reestruturação do Estado, da economia e do próprio sujeito (Laval & Dardot, 2016).

Não é possível tratar da natureza do paradigma neoliberal sem evidenciar as profundas transformações pelas quais passou o Estado capitalista. Vale ressaltar que esta referência ao Estado capitalista não é empregada com o objetivo da diferenciação de regimes políticos, como fora usual à época da Guerra Fria. Pretende-se entender, propriamente, o Estado que condensa as relações de força em tempos caracterizados por Chesnais (1995) como aqueles da *mundialização do capital*, expressão que faz alusão a uma nova fase do processo de internacionalização da qual derivam mudanças qualitativas nas relações entre capital e trabalho e, ainda mais, entre capital e Estado. Para entender o Estado capitalista de hoje, faz-se necessário, portanto, compreender não apenas de que modo este movimento de transnacionalização do capital foi incorporado aos Estados nacionais, mas também que tipo de projeto de Estado e sociedade resultou do neoliberalismo. Disto, emana uma questão fundamental: o paradigma neoliberal é, verdadeiramente, capaz de transformar a identidade do Estado e de seu próprio corpo social?

Assumindo esse questionamento como o fio condutor deste estudo, e empregando o método hipotético-dedutivo com uma abordagem histórica, nosso primeiro esforço de análise será o de compreender quais são as bases destas transformações e qual é a nova lógica a guiar a institucionalidade econômica, financeira e política em fins do século XX. Partimos da hipótese de que a crise do capitalismo, especialmente aquela que se verifica ao longo dos anos 2000, coloca-se como a manifestação das fraturas e contradições iniciadas na década de 1970, sobretudo naquilo que se refere ao fortalecimento do paradigma neoliberal. Sendo assim, propomos uma reflexão inicial sobre as origens da mencionada crise, bem como das características do argumento e da racionalidade neoliberal.

Findado este primeiro esforço analítico, buscaremos demonstrar em que medida a alteração que o neoliberalismo parece surtir no Estado está, na realidade, intimamente ligada a uma reorientação da própria identidade estatal. A partir de uma breve recapitulação teórica acerca dos conceitos e determinantes que permeiam o debate identitário no seio do Construtivismo, definiremos o grande arcabouço teórico que será então aplicado ao estudo de caso da democracia estadunidense, cuja viabilidade e sustentação serão questionadas no contexto do governo Trump. A análise empírica, finalmente, dá-se como forma de elucidar em que medida se sustenta a hipótese de que há um componente socioideológico no âmbito do

neoliberalismo que informa uma inflexão na identidade que o Estado assume e que, por conseguinte, desvirtua a tutela deste pela democracia.

Desta maneira, abordamos o objetivo segundo do presente trabalho: caracterizar a natureza da relação de causalidade que se estabelece entre a nova racionalidade neoliberal e o Estado Democrático de Direito. Tal ambição, por sua vez, ampara-se sobre a hipótese de que a dita reorientação ontológica pela qual passa o Estado neoliberal se justifica pela ressignificação da identidade deste, a qual, informada por valores que não mais corroboram das premissas da democracia, põe em xeque o capitalismo democrático. Finalmente, o caso estadunidense conclui o trabalho como forma de ilustrar a progressão da argumentação presente no estudo: o modo como a nova razão neoliberal altera a natureza do Estado a partir de uma quebra identitária deste e ameaça a sobrevivência da própria democracia.

#### A natureza da crise

Aquilo que se convencionou denominar como a "crise dos anos 2000" parecia apontar, ao menos provisoriamente, para o enfraquecimento da doutrina neoliberal. O que se observou, contudo, foi o verdadeiro fortalecimento, na periferia e no próprio núcleo orgânico do capitalismo, daquele paradigma que se moldou ao longo da década de 1970 e que, até os dias de hoje, não encontra elementos de resistência capazes de colocá-lo em xeque. A visão estreita da crise de 2008 e das próprias contradições do processo de financeirização do capitalismo oculta o fato de que os mesmos se inserem como manifestações de uma crise estrutural posta anteriormente, crise esta que se mostra intrinsecamente relacionada ao fim do padrão global de acumulação e desenvolvimento capitalista estabelecido no segundo pós-guerra (Sawaya, 2009).

Longe de constituir um desvio pontual em um sistema de equilíbrio de mercado, a chamada "crise dos anos 2000" representa, em essência, a manifestação de um fenômeno iniciado há mais de quatro décadas. Esta premissa não induz, é claro, à negação das peculiaridades<sup>3</sup> do quadro inaugurado pelos desarranjos do mercado imobiliário norte-americano no ínterim 2007-2008: a própria localização geográfica da dita crise, que partiu dos países "centrais" – o núcleo orgânico do capitalismo- e os atingiu com maior robustez do que nos chamados Estados periféricos, evidenciou a presença de novos padrões no sistema. Contudo, o esforço em tratar da crise de 2008 sob uma perspectiva de continuidade, associando-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Sob a perspectiva de Rubens Sawaya (2009), aquilo que difere a crise contemporânea dos desarranjos anteriores não é a sua proporção mundial, mas a sua origem: enquanto as crises de outrora derivavam da superacumulação dentro das fronteiras do Estado-nação, no século XXI, as causas se encontram no próprio capital mundializado.

a a uma crise sistêmica mais ampla iniciada em fins dos anos 1960, justifica-se pela percepção de que inúmeros elementos tomados como novidades no contexto dos anos 2000 são, verdadeiramente, novas roupagens de antigas tendências do capitalismo.

Ainda que o episódio de 2008 tenha expressado, de fato, a preponderância da dimensão financeira da crise capitalista, vale retomar o argumento de Sawaya (2009) de que a verdadeira crise não pode ser reduzida à questão das finanças e do capital fictício: ela se relaciona, verdadeiramente, ao próprio funcionamento do capitalismo enquanto sistema. Isto se justifica pela manutenção, nos tempos atuais, de uma característica central do modo de produção capitalista, nomeadamente a incessante necessidade de concentração, centralização e valorização do capital. Sendo assim, a valorização fictícia, apontada como uma das causas das recentes crises financeiras, representa, em essência, um mecanismo que permitiu ao capital superar os limites da esfera real produtiva. Vê-se, portanto, que a crise atual resulta de movimentos e contradições estruturais do sistema.

Na tentativa de explorar as causas mais amplas da crise dos anos 2000, nos voltamos à caracterização da crise sistêmica, que encontra suas origens no esgotamento da lógica de acumulação e crescimento econômico que vigorou até a década de 1970. Para evidenciar em que medida este período configura uma mudança de paradigma, nos voltemos, por um momento, à contextualização da quadra histórica que o antecede.

No âmbito da economia internacional, a conjuntura que sucede a Segunda Guerra Mundial se caracterizou pela busca de uma ordem econômica estável, capaz de prevenir a repetição do conflito. Na esfera doméstica, e especialmente nos países ditos centrais, despontavam os ideais de progresso social, pleno emprego e desenvolvimento, que se materializaram nos chamados Estados de Bem-Estar Social. O Estado que protagoniza o postwar settlement é, portanto, aquele que atuaria na manutenção da estabilidade econômica e laboral e na amenização dos desequilíbrios sociais (Belluzo, 1995). Para além destes elementos, Sawaya (2009) aponta outras condições que possibilitaram o cenário virtuoso do pós-guerra. O autor argumenta que os acordos de Bretton Woods<sup>4</sup> e a institucionalização da centralidade do dólar foram fundamentais para o processo de internacionalização produtiva e financeira do capital, que não apenas se expandiria para os países do centro, por meio do investimento norteamericano destinado à reconstrução europeia, mas também para a periferia, financiando o seu processo de industrialização.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Os acordos de Bretton Woods, assinados em julho de 1944, consolidaram um arranjo monetário pautado na conversibilidade dólar-ouro e regido pela institucionalidade de três organizações internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Comércio (OIC) e o Banco Mundial.

Os sinais da insustentabilidade e da deterioração do padrão global de acumulação e de desenvolvimento do pós-guerra se expressariam já em meados dos anos 1960, momento em que, nas palavras de Wolfgang Streeck (2013), o crescimento econômico derivado do trabalho e do capital cessou de ser elevado e permanente. A conjuntura que outrora permitira ao capital retomar o seu processo de expansão deu lugar, então, à era do baixo crescimento, da inflação, e do endividamento da dita periferia. Tornou-se claro, pois, que o aparato outrora estabelecido em Bretton Woods, aparato este responsável pela mundialização do capital, não mais sustentava as suas condições de acumulação. A reestruturação produtiva em escala global e a garantia de maior liberdade ao capital na sua busca por valorização se tornaram, assim, os princípios basilares no novo paradigma neoliberal, que buscou dar respostas ao movimento de queda dos lucros e desaceleração do crescimento (Sawaya, 2009). Nesse contexto, é salientado que

Agora, em escala global, inicia-se a pressão para a criação de um ambiente que viesse a favorecer a centralização mundial do capital. Para tal, este precisava de liberdade total de movimento. Como concentrar sua produção de um tipo de peça em apenas um país sem a liberdade de comércio? Como financiar essa reestruturação sem que o capital financeiro fluísse livremente? Era preciso tirar os Estados nacionais do caminho, principalmente os periféricos, desmontar o aparato institucional que dificultava esse movimento internacional (Sawaya, 2009, p. 62).

Como produto da crise econômica e social do regime pós-guerra, o neoliberalismo se ampara na crítica à regulação keynesiana macroeconômica, à sustentação do crescimento via Estado, aos mecanismos de proteção social e à regulamentação estrita do setor privado. A exemplo, a trajetória para a estabilização econômica latino-americana, sob esta perspectiva, se desenvolveria a partir de um receituário definido: de início, os Estados nacionais deveriam impulsionar a liberalização e a desestatização, processos de ajuste que seriam acelerados na etapa posterior. No segundo momento, teria lugar o movimento paralelo da enfática redução dos gastos públicos e privatização dos ativos estatais e da abertura da economia ao exterior. Além de visar o êxito em atingir a estabilização de curto prazo, os países deveriam se orientar à busca de objetivos ditos estruturais, como a ilimitada afluência de recursos financeiros externos, o livre comércio e a consolidação de um mercado de capitais livres (Baruco & Garlipp, 2005).

A difusão desSe receituário seria impulsionada, ainda, pela atuação das organizações internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial: nos anos 1980, a concessão de crédito e investimento externo por estas instituições tornar-se-ia atrelada à realização de tais ajustes estruturais pelos países latino-americanos. O que se verifica, contudo, é que, longe de sanar o problema do crescimento econômico, tais medidas muitas

vezes agravaram a situação de instabilidade dos Estados ditos periféricos, acentuando não apenas a crise macroeconômica, mas também os seus níveis de pobreza e desigualdade (Laval & Dardot, 2016).

#### O Estado e a Razão Neoliberal

O paradigma neoliberal definiu novos rumos para o capitalismo, seja no centro ou na periferia. Tal paradigma, como se demonstrou, coloca-se como o resultado da crise estrutural desenrolada nos anos 1970, momento em que os baixos níveis de crescimento econômico e o aumento da inflação se apresentaram como verdadeiros desafios à acumulação dos lucros e reprodução do capital. Sendo assim, e à luz dos escritos de Gérard Duménil e Dominique Lévy (2007), é possível argumentar que o neoliberalismo pode ser entendido enquanto uma configuração de poder singular dentro do capitalismo, articulada como resposta ao retrocesso do poder e renda da classe capitalista (Duménil & Lévy, 2007, ênfase do autor).

Se, no período do segundo pós-guerra, coube ao Estado sustentar o crescimento e o desenvolvimento econômico, na década de 1970, esse engajamento seria condenado por sua suposta intervenção excessiva, condenação esta que não pode ser desvinculada do projeto político neoliberal. Mais do que um receituário de políticas macroeconômicas para a estabilização, o neoliberalismo advogaria um novo lugar para o Estado, minando as bases dos welfare states estabelecidos no pós-1945. A revisão do Estado-Providência e suas políticas de emprego, salário e controle das desigualdades sociais deram lugar, então, à percepção de que o desmonte dos mecanismos de regulação e proteção social do Estado seria indispensável à eficiência da esfera econômica (Streeck, 2013).

Nesse cenário, compreender o novo lugar estrutural do Estado se coloca como uma tarefa complexa. Inúmeros são aqueles que adotam, por exemplo, a visão equivocada de que o neoliberalismo se manifesta como sinônimo da retirada do Estado, esquecendo-se que mesmo o mercado que se diz autorregulador é fruto de uma ação política estatal deliberada. A questão principal não é, portanto, aquela que se relaciona à retirada do Estado: faz-se preciso compreender de que forma o engajamento político do mesmo está se refazendo sobre novas bases — ditadas, agora, pela razão neoliberal e pela primazia da esfera privada. Assim, as próprias transformações averiguadas no Estado nos últimos quarenta anos podem ser entendidas como tentativas de responder a esta nova racionalidade e às crises que dela derivam.

A reestruturação do Estado e das relações sociais evidencia, nas palavras de Wolfgang Streeck (2013), que "o capitalismo não é um estado natural, mas sim uma ordem social que,

estando associada a determinado tempo, necessita de ser formada e legitimada" (Streeck, 2013, p. 20). Esta premissa parece orientar também os argumentos de Christian Laval e Pierre Dardot em *A nova razão do mundo* (2016), uma vez que os autores consideram que, longe de constituir apenas uma ideologia ou uma mera política econômica, o neoliberalismo transpôs a lógica do capital a toda e qualquer relação social. A racionalidade neoliberal, em outras palavras, se impôs aos atores e produziu o seu próprio sujeito. Portanto, para que se compreenda as consequências do neoliberalismo para a esfera pública, faz-se necessário desnudar a natureza do projeto político-social nele contida, as suas condutas e subjetividades e, em especial, a sua relação com a própria democracia (Laval & Dardot, 2016).

Esta nova racionalidade neoliberal baseia-se, na perspectiva dos autores, em quatro pilares centrais, nomeadamente: i. na sua ambição enquanto "projeto construtivista"; ii. na sua ênfase sobre a concorrência (e não, propriamente, sobre a troca) enquanto a essência da ordem de mercado; iii. no lugar estrutural que destina ao Estado, não apenas como ente vigilante do funcionamento do mercado, mas como entidade também submetida ao primado da concorrência; e iv. na universalização destes princípios para os indivíduos em sua relação consigo mesmos, conduzindo-os a se comportar como empresas. O modo como o neoliberalismo se manifesta nesses quatro níveis evidencia, portanto, que todas as esferas da existência humana se tornam permeáveis às suas dinâmicas, consagrando-se como "uma verdadeira razão-mundo" (Laval & Dardot, 2016, p. 379).

O argumento de Laval & Dardot permite, ainda, que questionemos a retórica de que o neoliberalismo é meramente uma retomada lógica e natural do pensamento liberal. Vale ressaltar que, nos escritos liberais clássicos, o debate não estava centrado na ideia da retirada do Estado, mas sim, na questão dos limites a serem dados à sua atuação. Reconhecia-se que a intervenção estatal era necessária para que a ordem de mercado pudesse se estabelecer, especialmente no que tange à fixação do direito de propriedade e da garantia dos contratos. Retomemos, a título de exemplo, a passagem de Polanyi (2000), a qual afirma que

O *laissez-faire* não tinha nada de natural; os mercados livres nunca poderiam ter nascido se as coisas tivessem sido simplesmente abandonadas a si mesmas [...] Entre 1830 e 1850, viu-se não apenas uma explosão de leis ab-rogando regulamentos restritivos, mas também um enorme aumento das funções administrativas do Estado, que é então dotado de uma burocracia central capaz de cumprir as tarefas estabelecidas pelos partidários do liberalismo. Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico é um projeto social que deve ser posto em ação para a maior felicidade do maior número de pessoas; *o laissez-faire não é um método que permite realizar uma coisa, ele é a coisa que se deve realizar* (Polanyi, 2000, p. 170 apud Laval & Dardot, 2016, p. 64, *ênfase do autor*).

Torna-se claro que mesmo o mercado que se diz autorregulador é o produto da deliberada ação política. Percebemos, assim, que enquanto o liberalismo se ocupou da questão dos limites do Estado absolutista, "a atual versão do neoliberalismo não tem pudor de restringir ou mesmo inviabilizar a liberdade sempre que existir risco para o mercado" (Casara, 2017, p. 34). A singularidade do paradigma neoliberal, em contraste com o que vemos no liberalismo clássico está, em especial, no seu caráter doutrinário e no lugar que destina ao Estado: na nova doutrina, a estabilidade monetária é tomada como o objetivo primordial a ser seguido, mesmo que isto se dê em detrimento da garantia dos direitos sociais fundamentais (Garlipp & Baruco, 2005). Não à toa, argumenta Guttmann (2008) que essa inflexão foi acompanhada de um movimento de financeirização do capitalismo, cuja lógica da ausência de regulamentação e da primazia do sistema bancário e financeiro internacional atingiu com robustez os mercados emergentes.

O apelo à moralidade também é evidente no argumento dos reformadores neoliberais. Do ponto de vista econômico, defende-se que a liberdade dada aos atores privados é sempre mais eficiente do que aquela que se verifica na atuação pública. O argumento não se limita, contudo, ao tema da eficácia e do custo: um elemento-chave da doutrina neoliberal, e que se relaciona com a produção de novas subjetividades, refere-se à defesa da suposta superioridade moral das soluções dadas pelo mercado. O *welfare state* e suas políticas de proteção e auxílio social são condenáveis, nesta perspectiva, uma vez que minam as virtudes da sociedade civil e isentam os indivíduos de suas responsabilidades frente ao trabalho e à família. O debate público contemporâneo, cada vez mais aberto àqueles que advogam a redução (e mesmo o desmonte) do Estado, encontra-se permeado, assim, pela ideia de que a assistência estatal gera dependência, cabendo ao Estado a função meramente gerencial (Laval & Dardot, 2016).

Não é possível tratar do Estado em meio à razão neoliberal sem também mencionar a reforma gerencial da ação pública. Como argumentam Laval & Dardot (2016), tal reforma se desenvolveu não apenas de "fora", por meio das privatizações de empresas estatais, mas também de "dentro", através da consolidação de um Estado avaliador e regulador que emprega inéditas técnicas de poder sobre a conduta da sociedade. O argumento que embasa esta reestruturação é aquele que advoga a inabilidade estatal em responder às demandas da era da globalização, como a exigência de eficácia, produtividade e competitividade – um discurso, vale notar, outrora restrito ao ambiente da empresa privada. O Estado gerencial, que ganha forma nos anos 1980, assume então que os valores e as práticas da gestão da esfera privada são

passíveis de serem transpostos à gestão da coisa pública, dando vazão ao que os autores definem como o processo de *mercadorização* da instituição pública, de modo que

Essa redução da intervenção política a uma interação horizontal com atores privados introduz uma mudança de perspectiva. Não é mais, como nos tempos dos primeiros utilitaristas, apenas a questão geral da utilidade de sua ação que se coloca ao Estado, mas é a *questão da medida quantificada de sua eficácia comparada com a de outros atores*. É essa nova concepção "desencantada" da ação pública que leva a ver o Estado como uma empresa que se situa no mesmo plano das entidades privadas, um "Estado-empresa" que tem um papel reduzido em matéria de produção do "interesse geral" (Laval & Dardot, 2016, p. 274, *ênfase do autor*).

A demarcação de uma ação gerencial se apresenta, assim, como uma das manifestações de um Estado capturado pelos interesses das altas finanças e pela racionalidade da empresa privada e que, mesmo nos momentos em que se quer protagonista, vê-se obrigado a desvestir a sua dimensão política e a levar a cabo o processo de desregulação, o desmonte dos mecanismos de proteção social e a defesa do capital nas relações capital-trabalho. Torna-se claro, portanto, que o mercado – e não mais o Estado- apresenta-se como o grande instituinte da sociabilidade, sendo necessário entender quais as consequências desta transformação para a própria democracia (Laval & Dardot, 2016).

Em um cenário marcado pela exacerbação da lógica mercantilista, há quem ateste a impossibilidade da sobrevivência do Estado Democrático de Direito. Por exemplo, Rubens Casara (2017) defende que a própria ideia de que o Estado Constitucional se encontra em crise está equivocada: para o autor, aquilo que se verifica nas dinâmicas políticas contemporâneas deixou de ser um desvio para se tornar a norma dentro da razão neoliberal. Sendo assim, longe de retratar uma conjuntura provisória e extraordinária, o discurso da crise da democracia se torna instrumentalizado com o objetivo de ocultar uma mudança de paradigma e, ainda mais, como forma de justificar a adoção de ações, ditas excepcionais, de austeridade.

Ainda que o Estado reestruturado pela doutrina neoliberal tenha mantido, em certa medida, alguns dos aparatos e das práticas de uma democracia formal, não se pode reconhecêlo como democrático, especialmente no que tange à violação ou negligência frente aos direitos fundamentais. Vale lembrar que, em alguns casos, mesmo os ritos e a aparência democrática também deixaram de ser uma preocupação. Neste contexto, argumenta Rubens Casara que o Estado de hoje pode ser satisfatoriamente caracterizado como *pós-democrático*, uma vez que a esfera econômica moldada pelo neoliberalismo se tornou capaz de subordinar a sociedade aos seus ditames. Vale ressaltar, novamente, que o Estado Pós-Democrático, aquele que é compatível com a doutrina neoliberal, não se traduz na diminuição da ação estatal: o

desregramento e a viabilização do funcionamento do livre mercado, pelo contrário, exigem uma ação política deliberada. Isso evidencia que o que está em jogo não é presença ou ausência do Estado, mas a definição da sua própria agenda (Casara, 2017).

Por fim, é possível concluir que, longe de ser neutra, a reforma gerencial do Estado e a primazia absoluta do direito privado atentam contra a própria lógica democrática. O desempenho em termos de custo e eficácia se torna, neste cenário, o critério de validação das políticas públicas, que abandonam a antiga preocupação da democracia liberal com a moralidade e o respeito às normas constitucionais. As pautas políticas, sociais e desenvolvimentistas são, assim, marginalizadas em detrimento das questões relacionadas ao mercado, à geração de lucros e aos interesses daqueles que detêm o poder econômico (Casara, 2017).

#### Desvelando o self neoliberal

Os impactos do neoliberalismo, conforme demonstrado, suscitam alterações que transcendem o âmbito econômico e se afirmam em contextos de ordem menos materialista. A adoção da racionalidade neoliberal, neste ínterim, inaugura uma nova natureza do Estado, a qual, por sua vez, informa um novo comportamento, menos comprometido com valores democráticos, da parte deste agente. A causalidade existente entre os eventos aqui tratados [ascensão do neoliberalismo, ressignificação da natureza estatal e ameaça ao capitalismo democrático], contudo, não parece ser satisfatoriamente apresentada a partir de uma análise essencialmente pautada em aspectos de ordem econômica e política. O Estado, nessa ótica, é encarado como um ator monolítico -desprovido de opiniões contraditórias e camadas de interesses conflitantes- sempre regido exclusivamente pela premissa maior do capitalismo: a busca pela maximização da acumulação. Neste contexto, hora visões heterodoxas parecem oferecer melhores respostas, hora é a ortodoxia o caminho virtuoso que garantirá ao capital sua reprodução assegurada. A economia, nestes moldes, parece ocupar um papel meramente instrumental, desprovida de certo grau de agência sobre esferas socioideológicas profundamente determinantes na atuação estatal e social.

A fim de promover um entendimento que extrapole estas limitações e permita compreender de forma mais pormenorizada as causalidades envolvidas na tríade aqui considerada [neoliberalismo x natureza do Estado x democracia], inicia-se, neste momento, um esforço de desvelar o que ocorre nas entranhas do Estado. É, pois, a partir da análise daquilo que o neoliberalismo causa na própria constituição do Estado, e não apenas em sua atuação e

lugar, que se pretende entender qual é, verdadeiramente, o efeito desta nova racionalidade na sociedade e, mais especificamente, na democracia. Assim, para melhor compreender a relação existente entre os efeitos do neoliberalismo sobre o capitalismo democrático, bem como para desmistificar o papel do Estado neste cenário, este trabalho se propõe a abordar a identidade como elemento central da análise de tais consequências.

A relevância do debate identitário tem se fortalecido em meio as Relações Internacionais a partir das contribuições de diversos autores, como David Campbell (1992), Heather Rae (2002), Janice Mattern (2005) e uma série de demais teóricos que se valem desta abordagem como forma de conjugar uma gama de complexidades que se estendem desde o âmbito da cultura até o da política. Conforme salienta Janice Mattern (2005), a ordem mundial é definida por uma díade formada da sobreposição de *fontes* e *fatores*. De ambas as esferas, que invariavelmente inserem-se em uma relação de co-constituição, é a primeira a mais elementar uma vez que versa acerca do universo subjetivo que informa a materialidade característica da segunda. Desta maneira, debruçar-se sobre o imaterial inevitavelmente permite uma compreensão mais aprofundada de aspectos como os índices econômicos, as taxas de desenvolvimento e demais índices usualmente tidos como de natureza mais concreta e objetiva.

Neste contexto, a identidade emana como elemento de análise de grande interesse pois congrega duas possibilidades. A primeira delas diz respeito à multiplicidade de variáveis inseridas em sua determinação: enquanto somatória de práticas e ideias, a identidade se constitui a partir da congregação de aspectos culturais, discursivos, étnicos, linguísticos e de inúmeros outros, possibilitando um vasto horizonte de possibilidades de estudo. Já a segunda trata de seu caráter essencialmente relacional: a partir do momento que se entende que uma identidade apenas existe quando compreendida em relação a outra, tem-se um elemento que em muito desvela aspectos das relações interestatais, intraestatais e interinstitucionais (Campbell, 1992; Rae, 2002).

Finalmente, a despeito da grande variedade de vertentes teóricas que se valem da abordagem identitária, este estudo se pautará em uma concepção construtivista orientada pelas contribuições de Alexander Wendt (1992) e Nicholas Onuf (1998). Tal escolha se baseia evidentemente na busca pelo estabelecimento de uma breve aproximação entre ambos os estudiosos e os estudos de Christian Laval e Pierre Dardot (2016), cuja compreensão do neoliberalismo enquanto um projeto construtivista de sociedade remete de imediato à filiação ontológica dos autores aqui abordados.

A reorientação ontológica pela qual passa o Estado nacional no contexto analisado retrata, conforme exposto, a capacidade de influência do neoliberalismo sobre esferas subjetivas do corpo social. As consequências práticas daí oriundas, por sua vez, remontam a mudanças ocorridas a níveis identitários. Segundo Alexander Wendt (1992), os indivíduos reagem a objetos de acordo com o significado que estes têm em relação àqueles, sendo a identidade entendimentos e expectativas razoavelmente estáveis que identificam papéis- fundamental na determinação destas interações. As ideias são, assim, base material da lógica interativa que rege as relações entre atores. Considerando os indivíduos como cidadãos e o objeto enquanto o Estado, nota-se que há, com a ascensão do novo regime político-econômico, uma alteração do eixo significante: se de início há uma interação cooperativa entre ambos, sob a égide do neoliberalismo tem-se uma relação competitiva, na qual impera o consenso de que a esfera do público compete com a do privado – compreendendo esta enquanto superior. Há, para a sociedade, um novo significado que reveste o elemento Estado.

Tal reorientação é emblemática pois altera as expectativas que a sociedade passa a nutrir acerca do papel do ente estatal, fato que deriva de uma inflexão de identidades e simultaneamente a fomenta. Considerando que é o Estado fruto do aparato material e imaterial daqueles que o compõem, tem-se, então, que é sua identidade definida pela base ideacional que orienta a percepção que o corpo social tem para com o institucional. Esta interação entre Estado e sua própria população é o cerne daquilo que se concebe como *identidade corporativa*. Ao longo das contribuições de Alexander Wendt (1992), a identidade de um ator é formada por uma variedade de identidades do mesmo, as quais oscilam entre aquela que se estabelece no âmbito interno e aquelas que se estabelecem no âmbito externo. Nota-se, porém, que, a despeito das distinções entre elas, todas as identidades em questão são conceitos relacionais, nos quais a relação estabelecida pode se dar entre Estados (ambiente externo), entre Estado e população (ambiente interno), entre outros (Zehfuss, 2001).

Este processo de mudança identitária, por sua vez, relaciona-se com aquilo que propõem Laval & Dardot (2016) a respeito do projeto construtivista do neoliberalismo, o qual encontra eco nas contribuições de Alexander Wendt (1992) e Nicholas Onuf (1998). De acordo com os construtivistas, o entendimento de determinado fato depende: i. de uma interação; ii. de uma interpretação do fato (por sua vez influenciada por todo um arcabouço subjetivo); e iii. de uma resposta que se dá ao estímulo inicial. Dessa maneira, há uma íntima relação entre opinião pública e legitimação, uma vez que, a partir de discursos reverberados por recursos midiáticos e demais fontes, aquilo que se coloca como verdade para a sociedade se solidifica enquanto

realidade. A superioridade do neoliberalismo é, assim, compreendida enquanto uma construção que, uma vez socialmente aceita, impacta as expectativas da população para com o Estado e, finalmente, altera a própria identidade deste, que passa a exercer o papel de "Estado-empresa". Tem-se, assim, que o neoliberalismo altera a identidade do Estado a partir de uma reorientação da identidade corporativa deste. À medida em que a população passa a nutrir diferentes expectativas acerca da atuação estatal, o próprio Estado passa a responder a esta nova opinião pública de forma distinta (Zehfuss, 2001).

Doravante, a profundidade do que aqui se discute se mostra ainda mais ampla uma vez que, conforme demonstra Onuf (1998), a identidade está relacionada às regras, elementos essenciais para que a influência recíproca entre agentes e sociedade ocorra; ou a declarações, que dizem o que um indivíduo deve fazer. Contudo, a fim de serem acatadas e praticadas pela totalidade, é preciso que as mesmas emanem de referenciais socialmente legitimados. Tem-se, assim, que as regras, para serem efetivas, devem ser estabelecidas por agentes sobre os quais repouse o papel de fazê-lo, agentes cuja identidade permita o estabelecimento das mesmas. Sob a égide do neoliberalismo, o papel de ditar tais regras não mais se encontra no Estado, mas, sim, no mercado, nos representantes da lógica neoliberal.

Conclui-se, assim, que a ascensão do neoliberalismo é fruto —e também agravante- de uma alteração identitária que reveste o Estado de um novo arcabouço de significado ao passo em que altera a própria lógica de significação que rege a sociedade. O neoliberalismo, à medida em que constrói uma legitimação perante o corpo social, passa a estabelecer as regras pelas quais este se organiza e, por conseguinte, organiza o próprio aparato estatal. A sociedade, assim, passa por uma alteração de suas bases ideacionais, o que culmina não somente na formatação de um "Estado gerenciador", mas também, na instituição de uma sociedade que se baseia nos valores de acumulação e competição do capitalismo em sua vertente neoliberal. No jogo das identidades, o estatal é capturado pelos interesses de um novo modelo político, e o próprio indivíduo se vê inserido em uma nova razão de ser ao passo em que altera a forma pela qual constrói significado sobre os demais agentes. O *self* neoliberal, portanto, ascende como elemento identitário que molda o Estado (e é por ele moldado) a partir de seus próprios referenciais morais e anseios capitalistas, demonstrando a superação das ideias de bem-estar social e democracia fomentadas pelo pós-guerra de outrora.

## A crise democrática e o neoliberalismo estadunidense

Uma vez compreendidas as consequências do neoliberalismo sobre o Estado e tangenciados os efeitos desta nova racionalidade sobre o capitalismo democrático, inicia-se agora um duplo esforço analítico que busca melhor abordar a questão da democracia frente o contexto estudado e promover um quadro ilustrativo que permita apreender o cenário geral abordado por este artigo. Os EUA, dado seu protagonismo no processo de escalada da lógica neoliberal e os recentes acontecimentos políticos que têm ocorrido em meio à gestão Trump, representam importante estudo de caso para melhor compreender a chamada crise dos anos 2000 e os efeitos de suas reais fontes. A partir da análise dos posicionamentos estadunidenses ao longo da quadra histórica aqui abordada, é possível observar os efeitos do neoliberalismo sobre o Estado, bem como compreender de forma mais acertada os efeitos da lógica neoliberal para a democracia.

A nova fase do processo de acumulação capitalista no qual mergulhava o mundo na década de 1960 dá início ao fortalecimento das práticas neoliberais e da dispersão de seus embasamentos político-filosóficos. A necessidade de busca por novas formas de liberdade do capital levaria a América Latina a se tornar alvo de novas práticas fomentadas no seio da proposta neoliberal estadunidense. Visando induzir maior abertura à entrada de capital *yankee*—seja ele representado por remessas financeiras ou instalação de plantas produtivas- os EUA, nomeadamente, participaram ativamente da construção da nova arquitetura política que tomaria a região por anos. Através do incentivo à tomada de poder por partidos intimamente alinhados aos mandos de Washington, os latino-americanos vivenciariam um período marcado por aberturas comerciais e financeiras. Estas, contudo, mais serviam aos interesses nortistas que ao almejado desenvolvimento regional. As altas taxas de juros atreladas aos fluxos que se direcionavam aos países sulistas, somadas à castração do potencial produtivo destes em virtude da massiva dominação das produções nacionais por indústrias estrangeiras, não somente impediam o desenvolvimento industrial da América Latina, mas, também, a dominavam por meio de compromissos financeiros exploratórios (Ayerbe, 2002).

No entanto, a fim de que tais projetos econômicos fossem satisfatoriamente implementados, era imprescindível que fossem construídas as bases ideacionais sobre as quais estes novos modelos produtivos e acumulativos se sustentassem. É neste contexto que os EUA atuam em âmbito político, construindo, em meio às sociedades nacionais da América Latina, o arcabouço subjetivo que permitiria a legitimação de grupos ideológicos localizados à extrema direita do espectro partidário. Nesse ínterim, o contexto da Guerra Fria serviu aos interesses

norte-americanos ao fornecer material para que fossem construídas identidades conflituosas. É graças às sucessivas representações da URSS enquanto ameaçadora que os latino-americanos criam uma opinião popular —da qual corrobora a própria sociedade estadunidense- que sustenta a tomada de poder por parte de grupos cujo discurso anti-soviético provê a segurança contra o temido inimigo externo. Estes, apoiados pelos EUA, entendem-se (e são entendidos) como os grandes heróis que protegeriam seus países a partir da adoção de práticas neoliberalizantes, cujo próprio teor ideacional apontava para um cenário de distanciamento do pólo socialista (Ayerbe, 2002; Vanden & Prevost, 2002).

Nesse processo, é emblemático o tom economicista do qual se reveste o discurso apresentado: a antítese do comunismo e, por conseguinte, a fonte da defesa contra este, é o neoliberalismo. Há, aqui, que se atentar ao fato de que aquela que surge enquanto grande alternativa ao modelo soviético não mais se limita ao capitalismo já praticado pela quase totalidade das repúblicas latino-americanas: é preciso, agora, que seja ele neoliberal. Os efeitos da implementação desta nova proposta, contudo, não se limitam ao âmbito econômico. As reverberações políticas do neoliberalismo se traduziriam na instalação de regimes autoritários marcados pela repressão e pela limitação dos direitos humanos, contexto que demonstra que o neoliberalismo cria espaços para que políticas mais assertivas sejam tomadas em nome da ordem e em desfavor da democracia (Vanden & Prevost, 2002).

Atualmente, os EUA voltam a vivenciar, a nível doméstico, um cenário semelhante àquele outrora sofrido pela América Latina. A ascensão de Donald Trump à Casa Branca tem sido alvo de críticas à medida em que parece estar comprometendo o Estado Democrático de Direito do grande bastião da democracia mundial. Retrocessos em termos da concessão e garantia de direitos humanos, da retirada de acordos e fóruns internacionais (como do Acordo de Paris e da Agência das Nações Unidas para o Réfugio - ACNUR), entre outras decisões do governo, vêm acalorando o debate. Ainda que as declarações do então presidente e muitas de suas decisões soem polêmicas e inusitadas, em sua totalidade, as mesmas não representam grandes inflexões na postura do país em termos de política externa (Walter, 2018). Ao longo de toda a quadra histórica aqui analisada, os EUA sempre se pautaram, no âmbito internacional, por uma postura essencialmente pragmática.

À luz das contribuições de Andrew Moravcsik (1994), pode-se observar a continuidade de um comportamento essencialmente intergovernamentalista da parte dos estadunidenses, que usavam —e ainda usam— da multilateralidade como forma de alcançar objetivos traçados a partir de seus interesses nacionais. Nesse ínterim, o governo de Bill Clinton é de grande contributo à

análise: inicialmente comprometido com a multilateralidade, como se pode notar quando da fundação da OMC, o presidente incorreria, ao final de seu mandato, em incursões militares não aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O aparentemente inesperado afastamento da normativa vigente nas Nações Unidas demonstra tanto o não ineditismo da opção de Trump pela unilateralidade, quanto o grande norteador de política externa do país: o pragmatismo, não a multilateralidade (Henriksen, 2017).

O baixo comprometimento dos EUA para com a opção multilateral que se observa atualmente sinaliza a necessidade de ativação de novas condutas de política externa como forma de buscar a concretização dos interesses do país. Estes, por sua vez, vão ao encontro dos anseios neoliberais de busca por novas formas de manutenção e aprofundamento dos mecanismos de acumulação de capital. A postura unilateral da qual se reveste o governo Trump, dessa maneira, ainda que sujeita a críticas, não representa novidade ao longo da evolução histórica do comprometimento estadunidense com ambientes internacionais. Entretanto, o teor de tais inflexões, como a retirada de acordos comprometidos com a garantia de direitos de minorias, indica o desvencilhamento exacerbado entre a valoração das premissas democráticas e a perseguição de interesses cunhados no seio da nova racionalidade neoliberal (Moravcskik, 1994; Walt, 2018).

Para além do âmbito da política externa, contudo, o governo Trump tem demonstrado importantes alterações nas políticas domésticas implementadas. Sintetizado no "Make America great again" está o anseio pela retomada do nível de acumulação e produção de capitais anteriores à crise neoliberal. Além disto, contudo, tem-se, novamente, a construção de um discurso eminentemente economicista que fragiliza o âmbito político à medida em que cria brechas para que práticas antidemocráticas sejam tomadas em nome da recuperação econômica. A ascensão de grupos radicais que defendem pautas como a superioridade racial branca, que questionam o direito da mulher, que limitam o direito à existência de imigrantes, entre outros, demonstra não somente a expressão política do modelo neoliberal agudizado, mas, também, a consolidação de uma opinião pública que eleva as finanças sobre a democracia. Há, pois, o início de um processo de aprofundamento de uma identidade nacional que eleva o self made man acima do próprio Estado Democrático de Direito, sendo o país, assim, orientado por ideais muito mais ligados à competitividade que à liberdade. Se a crise dos anos 2000 representou uma nova roupagem da própria crise do neoliberalismo, a busca de Trump pela glória do passado é nada mais que uma consequência da deterioração da opção neoliberal (Walt, 2018).

## Considerações finais

Este estudo buscou evidenciar as peculiaridades da quadra histórica iniciada nos anos 1970 em torno das esferas da economia e do Estado a fim de demonstrar quais os efeitos da razão neoliberal sobre o ator estatal e sobre o capitalismo democrático. No que tange à primeira categoria, a diferenciação entre conjuntura e estrutura permitiu demonstrar que as situações encaradas como crises do capitalismo nos anos 2000 são, em essência, manifestações de uma crise mais aguda que se moldou no contexto do desmantelamento do padrão de acumulação capitalista estabelecido em Bretton Woods. O paradigma neoliberal, que emerge buscando dar continuidade ao processo de valorização e mundialização do capital, mostrou-se, neste contexto, capaz de impor uma nova racionalidade não apenas às dinâmicas da economia nacional e internacional, mas ao próprio Estado.

Os processos que possibilitaram a crise sistêmica atual são, na perspectiva de Wolfgang Streeck (2013), evidências de que o capitalismo buscou *comprar tempo*, no sentido literal da expressão, para adiar um colapso iminente. Para o autor, diversos foram os instrumentos capazes de atenuar, ao menos provisoriamente, os conflitos sociais e as instabilidades que deles derivam: a inflação, o endividamento público, a expansão dos mercados de crédito privados e a compra, pelos bancos centrais, de dívidas de Estados, inserem-se como exemplos da tentativa de adiar o desmantelamento do capitalismo democrático. Neste cenário, argumenta Streeck que as aparentes vitórias sobre a crise forneceram as bases para os problemas de acumulação e legitimação seguintes.

Assistimos, neste cenário, a uma mudança substancial na ossatura, na atuação e na agenda do Estado. Como argumenta Casara (2017), o ganho democrático que se deu à época da consolidação do Estado moderno, caracterizado pela separação entre poder político e poder econômico, desaparece nos tempos de hoje, uma vez que este ente, capturado pelo imperativo das altas finanças, encontra-se engessado na sua atuação pró-sociedade e liberado na sua atuação pró-mercado. A exacerbação da essência capitalista e da lógica concorrencial leva, assim, à aparente vitória da ética privada sobre a ética pública, inclusive naquilo que é a dimensão pública da sociedade.

A adoção de medidas de austeridade e a redução dos gastos públicos, impulsionada pela ressurgência liberalizante, não devem ser tomadas apenas como políticas conjunturais, mas sim, como políticas verdadeiramente estruturais. O capitalismo que se pretendeu democrático evidencia, cada vez mais, a sua incapacidade em responder às demandas da sociedade e garantir os direitos fundamentais – garantia esta que, nos dias de hoje, é até mesmo considerada onerosa

à própria eficiência do Estado. Dentre as consequências do capitalismo financeiro, é possível destacar a aceleração da concentração da renda e do patrimônio, a relativização das garantias fundamentais em nome da racionalidade concorrencial e a exacerbação da desigualdade na distribuição da renda e riqueza. O neoliberalismo, que se quer fazer valer como natural – exigindo para esta naturalidade a mais exacerbada ação política— parece não medir, portanto, o tamanho do sacrifício imposto à sociedade e, ainda mais, parece ser incapaz de fornecer respostas sustentáveis para a questão central da continuidade das condições da sua reprodução material e social.

Tal superação do Estado pelo mercado é, pois, amplamente explicitada no caso dos EUA, cuja força do pensamento neoliberal corroborou a criação de bases ideacionais que alteram o cerne daquilo que se sustenta enquanto identidade nacional. A partir da prevalência do neoliberalismo, a outrora valorizada liberdade dá espaço, mesmo em contextos históricos distintos, ao fortalecimento de um ambiente competitivo que se afasta do contexto democrático. Nesse ínterim, o processo identitário pelo qual passa a sociedade estadunidense é materializado em uma agenda de política externa que agudiza o tradicional unilateralismo americano e em uma retomada de políticas assertivas afastadas da busca pela garantia dos direitos humanos. O indivíduo estadunidense e, por conseguinte, os EUA, da gestão Trump não representam outra realidade que não um momento de escalonamento -ou reprodução- das consequências políticas do modelo neoliberal já sentidas pela América Latina décadas atrás.

A partir das demonstradas inflexões da postura política do país pode-se inferir um novo rol de valores e expectativas que, conforme demonstram Alexander Wendt (1992) e Nicholas Onuf (1998), são definidores da identidade de um Estado. Tais mudanças, pois, dão-se precisamente em um contexto de fortalecimento do discurso pró-neoliberal, o que, junto da proximidade entre aquilo que se defende no seio do neoliberalismo e nos EUA atuais, corrobora a hipótese de que o dito modelo político-econômico altera a própria identidade nacional do país em questão. Tem-se, assim, que o projeto construtivista neoliberal previsto por Christian Laval & Pierre Dardot (2016), em realidade, versa acerca da construção da própria identidade corporativa nacional, extrapolando a mera lógica de organização econômica e de determinação de agendas políticas. Desta maneira, demonstra-se a descontinuidade entre neoliberalismo e democracia uma vez que o Estado constituído sob a égide do primeiro parece se sustentar sobre práticas e valores que não condizem com a solidificação da segunda.

Tal afirmação, ainda que não espere inferir que a centralidade do ente estatal supere a autonomia e a força de demais instâncias quando da determinação de instituições de ordem

democrática, pretende demonstrar em que medida a presença do Estado relaciona-se com a construção de uma democracia funcional. Assim, dentro da grande diversidade de atores que se sobrepõe na determinação de identidades nacionais e na construção de um sistema democrático de governo, o Estado atua, de forma deliberada, em ambas as esferas. Esta ação, enfim, é, no recorte temporal abordado, informada pelo neoliberalismo que, enquanto fonte principal de subjetividades, determina uma nova natureza estatal.

## Referências bibliográficas

AYERBE, Luís. **Estados Unidos e a América Latina:** a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, 1995, p. 11-20.

CAMPBELL, David. **Writing security:** United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1992.

CASARA, Rubens R. R. Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.5, 1995, p.1-30.

DUMÉNIL, Gérard; DOMINIQUE, Lévy. Neoliberalismo - Neoimperialismo. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 16, n. 1 (29), 2007, p. 1-19.

GARLIPP, José R. D. Economia Desregrada – Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no Capitalismo Contemporâneo. **Tese de Doutorado**. Campinas: IE/UNICAMP, 2001.

GARLIPP, José R. D.; BARUCO, Grasiela C. Neoliberalismo, consenso e pós-consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política**. Campinas: SEP, 2005.

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos**, v. 82, 2008, p. 11-33.

HENRIKSEN, Thomas H. Cycles in US Foreign Policy since the Cold War. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATTERN, Janice Bially. **Ordering International Politics:** identity, crisis, and representational force. New York, Routledge, 2005.

MORAVCSIK, Andrew. "Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach" in BULMER, Simon e ANDREW, Scott. **Economic and Political Integration in Europe:** internal dynamics and global context. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

ONUF, Nicholas. "Constructivism: a user's manual". In: KUBALKOVA, V. et al. **Relations in a Constructed World**. London: M.E. Sharpe, 1998.

RAE, Heather. **State identities and the homogenisation of peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SAWAYA, Rubens R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009, p. 53-70.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Editora Actual, 2013.

VANDEN, Herry, PREVOST, Gary. **Politics of Latin American:** the power game. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ZEHFUSS, M. Constructivism and Identity. **European Journal of International Relations**, v.7, n.3, 2001.

WALT, Stephen M. Trump's problem in Europe isn't optics. **Foreign Policy**, 2018. Disponível em: <a href="https://foreignpolicy.com/2018/11/14/trumps-problem-in-europe-isnt-optics/">https://foreignpolicy.com/2018/11/14/trumps-problem-in-europe-isnt-optics/</a>. Acessado em: 06 mar. 2018.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n.2, 1992.